



## COMUNICADO DE IMPRENSA n.º 156/25

Luxemburgo, 17 de dezembro de 2025

Acórdãos do Tribunal Geral nos processos apensos T-620/23 a T-1023/23 | Barón Crespo e o./Parlamento e no processo T-483/24 | FE/Parlamento

### **Regime de pensão complementar: é negado provimento aos recursos de 405 antigos deputados europeus ou dos seus sucessores contra a redução para metade da sua pensão complementar**

Na sequência da adoção do Estatuto dos Deputados ao Parlamento Europeu <sup>1</sup>, entrou em vigor em 14 de julho de 2009 um regime de pensão uniforme. Até esta data, os deputados beneficiavam de uma pensão paga pelo Estado-Membro ao abrigo do qual foram eleitos <sup>2</sup>. Independentemente desta pensão e devido às fortes disparidades entre os regimes nacionais, o Parlamento Europeu instituiu, em 1990, um regime de pensão complementar voluntário («RPCV») e criou um fundo de pensão («Fundo»). Este último estava encarregado de receber as contribuições, de gerir esses ativos e de pagar as pensões complementares. O regime estava aberto a todos os deputados do Parlamento Europeu e tinha como objetivo garantir uma pensão complementar vitalícia <sup>3</sup>.

As medidas transitórias <sup>4</sup> do novo Estatuto dos Deputados mantiveram o RPCV para os seus membros, sem permitir novas adesões. A regulamentação do RPCV foi alterada várias vezes, nomeadamente em 2009 e em 2018, devido à deterioração da situação económica e financeira do Fundo.

Em 2023, a Mesa do Parlamento decidiu <sup>5</sup> reduzir para metade o montante das pensões devidas ao abrigo do RPCV e suprimir a atualização desse montante.

Enrique Barón Crespo <sup>6</sup> e outros antigos deputados europeus <sup>7</sup> ou os seus sucessores pediram ao Tribunal Geral da União Europeia que anulasse os atos de liquidação da sua pensão, adotados em execução dessa decisão, que consideram ilegais e contrários às medidas transitórias adotadas em 2009.

#### **O Tribunal Geral negou provimento aos recursos.**

**As medidas transitórias invocadas tinham por objetivo definir o âmbito de aplicação pessoal do RPCV** no contexto do novo sistema da pensão estatutária única, **em vez de fixar as condições materiais do RPCV** e, assim, proibir qualquer alteração das modalidades deste regime para o futuro, incluindo as que têm incidência no montante da pensão.

**O princípio da proteção dos direitos adquiridos não implica que qualquer** alteração das modalidades de cálculo de uma pensão de que resulte uma **redução desse montante constitua uma violação** desses direitos adquiridos. Com efeito, há que distinguir os direitos à pensão adquiridos dos montantes das pensões.

No que respeita à confiança legítima dos beneficiários, **nem o Estatuto nem as suas medidas de aplicação preveem o direito à manutenção de um montante de pensão determinado**. A simples prática do Parlamento Europeu até à Decisão de 2023 de alterar o RPCV que afetava apenas os beneficiários que ainda não recebiam a sua pensão complementar não pode ter criado uma confiança legítima de que as futuras reformas do regime não poderiam afetar aqueles que já a recebiam.

**O direito patrimonial dos recorrentes <sup>8</sup> consiste num direito a receber uma pensão ao abrigo do RPCV, e não num direito a um montante determinado.** Não demonstraram que a dimensão da redução do montante das pensões devidas ao abrigo do RPCV resultante da Decisão de 2023 esvaziaria o direito à pensão da sua substância e poria assim em causa o conteúdo essencial do direito de propriedade.

A Decisão de 2023 teve como objetivos a salvaguarda do Fundo a curto prazo e a limitação das consequências do seu défice para os contribuintes europeus. Atendendo, em especial, ao facto de se tratar de uma pensão complementar facultativa, esta decisão **não reduz os montantes nominais das pensões a um nível manifestamente irrazoável**, tendo em conta a duração do mandato e o montante das contribuições pagas.

**NOTA:** No âmbito do recurso de anulação é pedida a anulação dos atos das instituições, órgãos e organismos da União contrários ao Direito da União. Desde que verificadas determinadas condições, os Estados-Membros, as Instituições e os particulares podem interpor recurso de anulação, consoante o caso, no Tribunal de Justiça ou no Tribunal Geral. Se o recurso for julgado procedente, o ato é anulado. A instituição em causa deve providenciar no sentido de colmatar o eventual vazio jurídico criado pela anulação do ato.

**NOTA:** Pode ser interposto recurso no Tribunal de Justiça, limitado às questões de direito, da decisão do Tribunal Geral, no prazo de dois meses e dez dias a contar da sua notificação.

Documento não oficial, para uso exclusivo dos órgãos de informação, que não vincula o Tribunal Geral.

O texto integral e, sendo caso disso, o resumo dos acórdãos ([T-620/23 a T-1023/23](#) e [T-483/24](#)) são publicados no sítio CURIA no dia da prolação.

Contacto Imprensa: Cristina López Roca ☎ (+352) 4303 3667.

Imagens da prolação dos acórdãos disponíveis em «[Europe by Satellite](#)» ☎ (+32) 2 2964106.

Fique em contacto!



<sup>1</sup> [Decisão 2005/684/CE, Euratom](#) do Parlamento Europeu, de 28 de setembro de 2005, que aprova o estatuto dos deputados ao Parlamento Europeu.

<sup>2</sup> Se o regime nacional não previsse uma pensão ou se o nível ou as modalidades da pensão prevista não fossem idênticos aos aplicáveis aos membros do Parlamento nacional do Estado-Membro ao abrigo do qual o deputado tinha sido eleito, este último podia obter uma pensão de aposentação ou um complemento de pensão de aposentação pago a partir do orçamento da União Europeia.

<sup>3</sup> A base de cálculo das contribuições e do montante das pensões ascendia a 40 % do vencimento de um juiz do Tribunal de Justiça da União Europeia. O RPCV foi financiado em um terço por contribuições dos deputados inscritos e em dois terços pelo Parlamento.

<sup>4</sup> Artigo 27.º do Estatuto.

<sup>5</sup> [Decisão](#) da Mesa do Parlamento, de 12 de junho de 2023, que altera as Medidas de Aplicação do Estatuto dos Deputados ao Parlamento Europeu («Decisão de 2023»).

<sup>6</sup> E. Barón Crespo foi deputado europeu entre 1986 e 2009 e presidente do Parlamento entre 1989 e 1992.

<sup>7</sup> Os recursos interpostos por E. Barón Crespo e por 403 outros antigos deputados ou seus sucessores foram apensos e são, por conseguinte, objeto de um único acórdão. O recurso de FE, outro antigo membro do Parlamento, é objeto de um acórdão separado. FE começou a receber a pensão devida ao abrigo do RPCV em janeiro de 2012, tendo o seu pagamento sido suspenso durante o período compreendido entre julho de 2019 e julho de 2024, devido à sua reeleição para o Parlamento.

<sup>8</sup> Consagrado no [artigo 17.º](#), n.º 1, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.